



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2023.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a **PRESENÇA** dos(as) Senhores(as) **Deputados Titulares**: Adriana Ventura, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Castro Neto, Dani Cunha, Dilvanda Faro, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilson Daniel, Gilvan Maximo, Guilherme Boulos, José Rocha, Luciano Amaral (1º Vice-Presidente), Luiz Carlos Motta, Marcelo Álvaro Antônio, Marcio Alvino, Marx Beltrão, Matheus Noronha, Mauro Benevides Filho, Odair Cunha, Paulo Litro e Sergio Souza; dos **Senadores Titulares**: Ana Paula Lobato, Daniella Ribeiro, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Marcelo Castro e Professora Dorinha Seabra; dos **Deputados Suplentes**: Átila Lira, Carlos Veras, Carlos Zarattini, Daniel Almeida, Daniela Reinehr, Danilo Forte, Delegado Paulo Bilynskyj, Ivoneide Caetano, Joseildo Ramos, Júnior Mano, Luciano Ducci, Rafael Prudente, Túlio Gadêlha, Vermelho e Weliton Prado; dos **Senadores Suplentes**: Augusta Brito, Efraim Filho e Eliziane Gama; dos **Deputados Não Membros**: AJ Albuquerque, Ana Paula Leão e Dagoberto Nogueira. **Deixaram de comparecer os Deputados Titulares** Alencar Santana, Alex Santana, Giacobbo, João Carlos Bacelar, João Leão, Marcelo Lima, Otoni de Paula, Vicentinho Júnior e Wilson Santiago e os **Senadores Titulares** Beto Faro, Carlos Viana, Irajá, Izalci Lucas e Wilder Moraes. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício, senador Marcelo Castro iniciou os trabalhos, informou que a reunião ocorria de forma semipresencial, com parlamentares no Plenário e também virtualmente, através da plataforma Zoom e comunicou que, em virtude de encontrar-se em andamento a reunião do Colegiado de lideranças partidárias com assento na CMO, a reunião deliberativa seria suspensa para continuar em momento oportuno. **SUSPENSÃO**: às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião. **REABERTURA**: às quinze horas e onze minutos, a Presidente, senadora Daniella Ribeiro, reabriu a reunião e comunicou que o quórum para deliberação, conforme estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, não havia ainda sido atingido. Registrou então as presenças da Desembargadora Nise Pedrosa Lins de Sousa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região – Pernambuco e da Doutora Luciana Paula Conforti, Presidente da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. A seguir, registrou a presença dos senadores Laércio Oliveira, Professora Dorinha Seabra e do deputado Carlos Zarattini e anunciou que o quórum para deliberação acabara de ser obtido. **EXPEDIENTE**: A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela comissão, do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três até a data de hoje, inclusive, os avisos do Tribunal de Contas da União que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na internet e pediu que se manifestasse o parlamentar que tivesse interesse pela relatoria da matéria. Não houve manifestação. A Presidente solicitou a dispensa da leitura da Ata da 17ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada nos dias 7 e 8/11/2023. A deputada Adriana Ventura usou da palavra para agradecer uma retificação que havia solicitado referente à inclusão de sua fala na Ata. Em deliberação, a Ata foi **APROVADA** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA: Item 2** - Apreciação do **Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE) nº 1/2023**, que dispõe sobre as “Diretrizes e orientações para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024 (PLN 29/2023-CN), e para fins da análise de admissibilidade, prevista no *art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*”. COORDENADOR DO CAE: deputado JÚNIOR MANO. A Presidente passou a palavra ao deputado Júnior Mano, o qual solicitou a retirada de pauta da proposição por não haver consenso acerca do valor das emendas de bancada durante a reunião do Colegiado de lideranças partidárias. A Presidente acatou a retirada de pauta, conforme o *art. 42 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. A deputada Adriana Ventura solicitou esclarecimentos a respeito do Relatório ao PLN 4/2023-CN (PLDO/2024), já que havia sido firmado acordo no sentido de que fosse votado hoje, tendo em vista a necessária celeridade para a votação da LDO, cujo calendário já se encontra bastante apertado. O Relator da LDO, deputado Danilo Forte, forneceu as explicações requeridas. O deputado Dagoberto Nogueira usou da palavra e a Presidente passou ao **Item 3** - Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 28/2023-CN (PPA – 2023/2027)**, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027”. **RELATOR**: deputado BOHN GASS. **VOTO**: pela aprovação na forma ora apresentada. Ao Relatório Preliminar Apresentado não foram apresentadas emendas. O Relator leu o relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações de ambas as Casas do Congresso Nacional. A Presidente agradeceu o empenho do Relator na elaboração do Relatório, em face da importância do Plano Plurianual. **Item 4** - Apreciação do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 34/2023-CN** - da Presidência da República - que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 50.785.329,00, para os fins que especifica”. **RELATOR**: deputado TÚLIO GADÊLHA. **VOTO**: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O Relatório foi lido pelo Relator. Não houve discussão. Em deliberação, o Relatório foi **APROVADO** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Presidente agradeceu ao deputado Túlio Gadêlha por sua diligência e passou-lhe a palavra. O deputado Túlio explicou a situação precária do prédio onde funcionava a Justiça do Trabalho em seu Estado de Pernambuco e agradeceu pelo resultado exitoso com a aprovação do Relatório. A deputada Adriana Ventura também fez comentários parabenizando o deputado Túlio Gadêlha. **ENCERRAMENTO**: A Presidente, senadora Daniella Ribeiro, após agradecer a presença de todos, declarou encerrada a Reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e dois de novembro, do ano de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

assinada pela Presidente, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Daniella Ribeiro, Presidente.